



Imagem: Adobe Stock

Processos de acolhimento a bebês, crianças e famílias migrantes no espaço da escola: diálogo com o Currículo

Cristiane de Novais Almeida

Assistente de Direção

EMEI Professor Lourenço Filho – DRE Jaçanã/Tremembé



RESUMO

Os movimentos de migração acontecem na sociedade desde as primícias do tempo. O fluxo da migração ocorre na História por diferentes motivos, entre eles podemos citar a busca por melhores condições de vida; os conflitos de gênero, religião, sexualidade. Atualmente, vivemos um cenário ainda maior de fluxo migratório com toda a tragédia sanitária que ocorre, advinda da crise da COVID-19. Existe um panorama mundial no qual se sustentam políticas migratórias extremamente restritivas, que ferem o direito humano de migrar. O presente trabalho visa elucidar vivências dentro de Unidades Educacionais de Educação Infantil na rede municipal de São Paulo no que tange ao princípio curricular de acolhimento a crianças, bebês e suas famílias migrantes. Para atender tais demandas dentro das Unidades Escolares tem-se dialogado sobre materializações de práticas de acolhimento que contemplem direitos aos migrantes. Por isso, é imprescindível conhecer tais práticas que compreendem a migração à ótica dos direitos humanos, na busca de um viés mais humanitário que garanta inclusão social, empoderamento dos bebês, crianças e famílias migrantes, efetivando, assim, a tão almejada equidade.

Palavras-chave: Acolhimento, Crianças, Migração.

Introdução

O chão da escola pública carrega em si múltiplos sentidos. Cada bebê, criança, jovem ou adulto vivencia de uma maneira singular/subjetiva as experiências e relações estabelecidas ou construídas nesse espaço, no tempo, nas possibilidades e nas interações.

É nesse chão, no cotidiano elaborado, que as narrativas se desenvolveram. Escutamos os detalhes que se revelaram desde o primeiro contato, no ato do preenchimento de formulários padronizados para efetivar a matrícula no Sistema de Escola On-line (EOL).

Os atores da escola pública necessitam ocupar-se de intencionalidades, de compreensão sobre seu fazer, para, a partir daí, garantirem direitos a todos que a procurarem. É nesse momento que a materialização do *Currículo da Cidade*, organismo vivo, em movimento, que integra a polifonia das vozes, precisa estar presente, oportunizando um acesso afetivo, acolhedor e humanitário a todos que estão ou estarão inseridos na comunidade educativa.

Foi a partir dessas reflexões e da pauta da observação das relações estabelecidas nas escolas por onde passei, além daquela na qual atuo, que iniciei um ato permanente de ponderação: “quem são os bebês, crianças e famílias que atendemos? Como são acolhidos os que chegam nesse território da Zona Norte, DRE-Jaçanã/Tremembé, marcado pela presença diversificada de migrantes? Há lugar, de fato, que garanta suas vozes? Quais construções precisamos elaborar para demarcar a significativa participação real e multifacetada das famílias que atendemos? Quanta sensibilidade é

necessária nas nossas ações educativas que desvelam o acolhimento enquanto método permanente? O que se fazer para romper com padrões eurocêtricos, hegemônicos, entre e para além dos muros da escola?”.

[...] Portanto, todo território é um espaço social em que forças econômicas, políticas, culturais estão em permanente tensão, disputando a hegemonia. Os territórios estão localizados em um espaço geográfico, um território em movimento — de coisas e de pessoas (SÃO PAULO, 2019, p. 23-24).

As reflexões iniciaram dentro desse espaço chamado “eu” e, de maneira gradual, reverberaram trazendo mais interrogações e pistas inovadoras para o desenvolvimento de um projeto nosso estabelecido nesse território.

A Vila Maria é uma das regiões que mais recebe migrantes de diferentes partes do mundo, principalmente da Bolívia. No tocante à sua posição na relação de diretorias regionais de atendimento educacional na Prefeitura do Município de São Paulo, permanece no segundo lugar entre as treze, sendo o primeiro lugar ocupado pela DRE-Penha.

No ano de 2017, foi promulgada a nova Lei de Migração nº 13.445 (BRASIL, 2017), com o objetivo de receber de maneira acolhedora e favorecer esses novos grupos que passam a fazer parte do território brasileiro e, por conseguinte, dos espaços escolares do nosso país, cidade e bairro. Nos princípios e diretrizes dessa Lei consta no art. 3º, XVII, de maneira evidente,

o direito “à proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante”.

Para o atendimento dessa realidade, ações específicas precisaram ser consideradas nas intenções do nosso coletivo. Redesenhamos, então, o projeto político pedagógico considerando o fator da intensa presença desse fluxo migratório no nosso território e o principal objetivo de garantir atenção absoluta à criança migrante.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra,

incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país. (ONU, 1948).

Este artigo descreve sucintamente a prática de acolhimento como uma atitude permanente, e um fato social. Convida a todos os educadores a se inspirar e promover práticas que envolvam os bebês, crianças e famílias num movimento de continuadas formas de convivência e solidariedade. Recorre, para tanto, à noção de comunidade educativa na construção de vínculo diário, de respeito cultivado à vida e às práticas educativas de combate à xenofobia, racismo, discriminação e contra todo tipo de experiência que promova a separação, exclusão e inferioridade nas relações sociais.

O que carregamos ou trazemos na mala: migração como direito humano

Nesse início de Projeto, elencamos os marcos dos processos educativos que reinventamos: a receptividade das famílias e estudantes por meio de um acolhimento buscando considerar atenção ao superior interesse da criança; pautas formativas de encontros com todos os educadores de diferentes funções que atuam na escola; reinvenção do planejamento da equipe e construção processual e participativa da documentação pedagógica.

Para atrair a participação dos educadores a esse Projeto e iniciar sensibilizando a equipe na compreensão dessa pauta, começamos a dinâmica com as perguntas “quem somos? O que trazemos na mala ao migrar para esse território e o que desejamos compartilhar?”. Essas indagações mediadas

nos fizeram pensar na perspectiva de sermos migrantes e vivermos deslocamentos temporários ou efetivos em determinado período da vida. Compreendemos que alguns educadores migravam todos os dias, numa perspectiva pendular, pois transitavam entre bairros distintos para chegar à escola; outros, por sua vez, migravam numa perspectiva de deslocamento interno – chegaram de outros estados de dentro do Brasil em algum período da vida; havia também a condição de migração internacional de antepassados, na perspectiva de deslocamento territorial, na mudança advinda de outro país.

Essa experiência também foi multiplicada na sala de referência¹ das crianças. Parafraseando Francesco Tonucci (1997), curioso

¹ Espaço pensado e organizado com intencionalidade, destinado às crianças, para garantir o direito infantil à convivência, à participação e à brincadeira.

ver com os “olhos de criança”, há sempre o que se encantar no cotidiano em suas companhias, suas elaborações e representação do sentimento de pertencimento: uma criança brasileira trouxe um ovo de galinha na mochila, fantasiando ser um ovo de dinossauro. Essa partilha gerou rodas de conversas, aprendizagens e algumas oportunidades de acolhimento, pois sua fantasia se frustrou ao abrir a mochila e se deparar com o seu “ovo de dinossauro” quebrado e constatar que se tratava de uma frágil casca de ovo de galinha. Foi acolhida pela professora e pelos colegas da sala, que também se propuseram a aprender um pouco mais sobre o processo natural da vida animal.

Outra criança, boliviana, quis partilhar alguns retalhos da oficina de costura de seus familiares na representação de um “rio” que estavam construindo na sala. Abriu a mochila e disse “Trouxe peixinhos para todo mundo Pro”. A professora, vendo os retalhos, não os associou à silhueta dos peixes aos quais ele se referia. Contudo, a criança, com olhos de poesia, gentilmente ajudou a professora a olhar melhor e perceber a silhueta dos peixes.

Continuamos as pautas formativas e aprendemos sobre as modalidades de migração, sobre o direito humano de migrar garantido na legislação e conhecemos as nossas próprias histórias, reais e de imensurável valor. Esse ato afetou a equipe com empatia e interesse por essa realidade social que vem crescendo dentro da nossa rede, produto do fluxo atenuante de deslocamentos populacionais ao longo da história, seja por questões de catástrofes ambientais, vulnerabilidade social, perseguição religiosa/política/de gênero ou atualmente por questões de fragilidades decorrentes da crise humanitária estabelecida com a Pandemia da COVID-19. As famílias que atendemos chegam ao Brasil, em São Paulo e especificamente

na Vila Maria buscando refúgio, portas abertas e uma esperança de dias e oportunidades melhores. Conhecer por onde andaram os pés das crianças que recebemos na escola, pés que por vezes, estavam descalços e feridos, faz toda a diferença para o desenvolvimento do acolhimento. Precisamos escutar para conhecer como foi o momento dessa travessia, isso se faz essencial para o entendimento de muitos fatores. Há crianças que são separadas dos seus pais, recolocadas em espaços físicos frios, sem alimentação adequada, gerando angústia e insegurança. Há crianças que migram para diferentes lugares antes de chegar aqui, não brincam, não são abraçadas nem tocadas com afeto, mas, pelo contrário, são tratadas com diferentes tipos de violência. Deixar brincar, alimentar, aquecer, ouvir, ser sensível à dor do outro, ser interessado pelas suas andanças e suas narrativas, aproxima, ensina e salva.

Logo vou te encontrar. Mas a dúvida vai além de saber com que roupa eu vou.

Qual sorriso escolho? Preciso escolher que palavras vão estar na minha boca além da cor do batom? Qual a cor da minha voz quando eu for dizer teu nome?

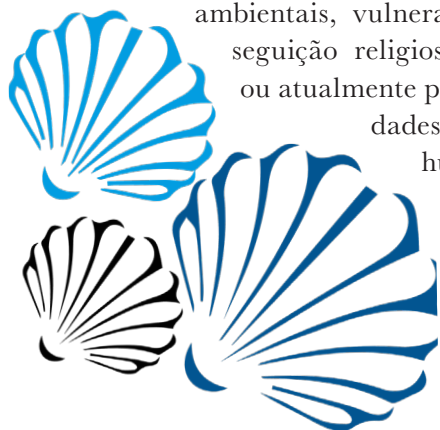
A única coisa que já me escolheu foi o brilho dos meus olhos, este está em mim...

Mas o que mais me admira é escolher com qual coração eu vou. Posso levar meu coração partido e te pedir: conserta. Posso levar meu coração cheio de abismos e te pedir: salva-me.

Pensei em levar meu coração criança e te pedir: ensina-me. Mas trago meu coração vazio e te convido... Entra.

E vem com os pés descalços, aqui a terra é santa (ARANTES, 2018, p.4).

A sensibilidade por inteireza foi o passo inicial, certo e preponderante desse “plano de voo” – uma estrutura de desenvolvimento bem planejado. As metas definidas coletivamente, em inúmeras formações, garantindo a todos da equipe autonomia para atuação: Onde estávamos? Aonde queríamos chegar? Quais as estratégias para traçar a rota e alcançar o desti-



no determinado? Quantas histórias cabem dentro de outras histórias? Essas perguntas se fizeram presentes para o fortalecimento e a movimentação nas ações do grupo.

Esses compassos de escuta das múltiplas narrativas do grupo trouxeram sobre nós o sentimento de pertencimento e de atravessamento de inclusão e equidade. Muitos educadores se reconheceram migrantes, outros se sensibilizaram com as vozes dos pares e compreenderam que todos somos migrantes, seja em um determinado momento da vida ou ao longo da trajetória percorrida pelos nossos ancestrais. Conta-

ram-nos sobre as cicatrizes deixadas nessas travessias, que ora eram de dores e de saudades, ancoradas nas marcas da migração forçada, ora eram de paixões e resistência na migração voluntária em busca de ressignificar as possibilidades.

Assim foi ganhando forma, cores, aromas e sentidos cada ação do Projeto, que trouxe para o centro do desenvolvimento mais protagonistas, pessoas que entendiam o seu papel não de salvadores de apátridas, mas de guardiões da responsabilidade social pela garantia de direitos.

Arrancando “arames farpados” invisíveis: fronteiras abertas para acolher!

Precisamos falar da invisibilidade na qual os bebês, crianças e estudantes migrantes que estão inseridos nas nossas escolas vivem. Muitas vezes os vitimizamos, praticando a falta de acolhimento, ferindo o direito à migração. Seja na negação do atendimento das dúvidas ou até mesmo na elaboração de hipóteses nos processos de construção de saberes. Por vezes levantamos muros com arames farpados, invisíveis, que sustentam historicamente e geograficamente o NÃO LUGAR, reafirmando a pauta da exclusão e da xenofobia.

Preparar um momento de acolhimento e considerar as experiências de vida dos envolvidos é uma arte promovida pelo encontro. Todo encontro é uma oportunidade de acolher e ser acolhido, de conhecer e de ser conhecido.

Para o desenvolvimento das ações planejadas em relação à função social da escola e para aproximar ainda mais os educadores na construção do projeto de acolhimento, realizamos diferentes momentos de impacto que favoreceram o sen-

timento de pertencimento e os trouxeram mais para perto. As diferentes materialidades estiveram presentes contribuindo e repertoriando nos momentos das formações: poesias, músicas, literaturas e objetos de manifestação cultural.

O espaço tem importante função na educação infantil, ele é compreendido como um parceiro pedagógico por meio do qual fortalecemos a identidade. Foi organizado, pensado, para provocar aprendizagens, reflexões e novas percepções do mundo ao nosso redor e das diferentes manifestações regionais e internacionais que acompanham as crianças e suas famílias que atendemos diariamente na Unidade.

Transformamos o espaço físico de todo dia num ambiente de memórias afetivas, extremamente necessário para abordagem da pauta: foram móveis com fotografias, cartas escritas à mão que descreviam a saudade de vivências de outras épocas, de outras terras, de brincadeiras; objetos que revelavam culturas diferentes, relatos orais, mostras de documentos de antepassados

que chegaram antes com nenhuma bagagem nas mãos, ou com malas pequenas, grandes, de diferentes formatos, que compuseram a organização desse espaço.

Os objetos trazidos de maneira participativa contribuíram para revelar a identidade do nosso território, do pertencimento de cada participante, e esse simbolismo ganhou novos sentidos. Citamos a mala, que passou a não ser mais um objeto simples, para carregar apenas roupas nas viagens, mas um importante símbolo para o nosso projeto de acolhimento, carregado de emoções e histórias de vidas. Essa mala traz sonhos? Traz esperança? Essa mala traz dores? Traz barreiras ou desafios a serem superados? Essas foram interrogações que permearam as experiências formativas e que oportunizaram singularizar os planejamentos com uma escuta realista da infância que atendemos.

As crianças e os bebês com os quais lidamos nesse espaço relacional não podem ser vistas ou ouvidas da mesma maneira. Elas não são todas iguais, não têm a mesma história de vida e de migração. É essencial conhecer as múltiplas infâncias e singularizá-las, dando aos indivíduos vez e voz.

Precisamos nos dedicar a essa escuta, pois dificilmente há consultas prévias sobre seus desejos ou interesses no ato da decisão de migrar. Algumas crianças chegam à escola falando idiomas diferentes e precisamos vivenciar o compartilhamento de ideias com elas, falantes de outras línguas, entendendo essa relação como uma oportunidade de ampliação cultural e plurilíngue, sem jamais silenciá-las ou solicitar a elas que evitem utilizar seu idioma nativo. A experiência adquirida nos leva à compreensão de que concepções opostas a essas

[...] contribuem para a invisibilidade das crianças e das infâncias reais, pois não revelam suas identidades, singularidades, histórias, culturas, pertencimentos, diversidades e contextos de vida. Assim, a ideia presente no imaginário social de que

“criança é criança, só muda de endereço” é equivocada e precisa ser questionada, pois o endereço e o cenário sócio-histórico-cultural das crianças influenciam de forma direta e permanente as formas de viver as infâncias e produzir sua identidade (SÃO PAULO, 2015, p. 9).

O simbolismo da mala, a identidade construída na relação estabelecida com o espaço físico e subjetivo, deliberou novo repertório, ampliou e diferenciou o imaginário dos atores da escola, que anteriormente apresentavam identidade de não pertencimento, denominando os migrantes como estrangeiros, sujeitos sem-terra, que adentravam no Brasil e aqui permaneciam como ilegais, o que por vezes é fortemente divulgado nos eventos promovidos pela mídia de largo alcance.

Repensamos o espaço/tempo da organização de todo o atendimento dentro da Unidade. Novamente os princípios inegociáveis são evidenciados: a garantia de direitos e a prática do acolhimento afetivo a todas as pessoas desde o primeiro contato no ato da matrícula, vínculo inicial e função política da nossa escola.

O ato do preenchimento de formulários ou de funções pré-determinadas deixou de ser um movimento involuntário ou apenas um contato inicial de mero cumprimento de protocolo. O primeiro momento passou a ser uma importante possibilidade, uma ponte para a garantia dos direitos, que muitos ainda desconhecem, uma travessia que vem ao encontro por meio do olhar atento, da voz que dá anuência, que manifesta interesse em conhecer e principalmente revela os princípios curriculares: acolhimento, educação integral, equidade e educação para as relações étnico-raciais.

Falar em travessia e acolhimento soa um tanto contraditório. A palavra travessia apresenta na sua etimologia um contexto de saída de um estado, de um ponto específico, para outro ponto. Uma ação de deslocamento. O contexto de acolher convida a

ir ao encontro, receber, abrigar. Pensar em acolhimento é de certa forma uma travessia, que convoca afetivamente um deslocamento de fronteiras do eu para o encontro com o outro. Legítimo outro, que na ação de acolhimento traz proximidade, desfaz estereótipos construídos na esfera do estranhamento, do não pertencimento ou do não lugar. Os que migram, que pertencem, e já não são vistos como povo estranho/estrangeiros. Consideramos parte importante do acolhimento essa metanoia, essa mudança de pensamento e de olhar: há lugar de direito e esse faz parte do todo.

Foi a partir dessa escuta no primeiro contato das famílias com a escola, que os observáveis saltaram aos olhos e preencheram pautas formativas para toda a equipe escolar. Entendemos que a mudança de concepção precisava acontecer com todos os atores desse espaço educativo. O acolhimento passou a acontecer por meio de um diálogo mais inclusivo, que considera o tempo de compreensão principalmente em casos de famílias migrantes ou refugiadas, recém-chegadas no Brasil, que estão no desafio do deslocamento territorial, elaborando emoções, dificuldades com o contato inicial na perspectiva linguística e todo contexto de fragilidade social. Considerando essa real necessidade das famílias que atendemos, elaboramos um folder explicativo, no idioma específico do público-alvo que recebemos diariamente. Iniciamos a distribuição do folder nessa inserção da família, antes mesmo do período de pandemia. Convidávamos para entrar, conhecer a escola e dialogar sobre os conteúdos desse material que contém informações

sobre o PPP da escola: funcionamento, horários, organização interna ou sobre o que trazer na “mala” escolar todos os dias. Nesse diálogo, também surgiam informações e dúvidas, falávamos sobre de onde vieram ou passaram, quais idiomas falavam, sobre as peculiaridades da família e das concepções da escola. Um momento importante para principiar os vínculos.

Nesse primeiro encontro, algumas dificuldades já eram identificadas – a barreira linguística foi a que mais preocupou. Entender os migrantes e se fazer compreendido é um desafio cotidiano, mas que nos convoca a manter a compreensão do nosso fazer na escola, de garantir direito ao acesso e a condições para uma permanência de qualidade. Reconhecer no dia a dia a grande possibilidade de ampliar saberes nessa oportunidade de encontro com o diferente. Foi nesse momento que tomamos nota do que mais gerava desconforto na ação do acolhimento, nessa preocupação de compreender e ser compreendido. Pontuamos que é processual a aprendizagem e que faz necessário um investimento de tempo e de buscas ativas para esse fim. É necessário ter pressa para garantir direitos e equidade, assim como é necessário elaborar saberes considerando cada sujeito aprendente, suas especificidades e elaborações. É, ainda, necessário nutrir com novos conhecimentos. Essa pauta foi mapeada e levada para discussão no espaço formativo.



Lócus da reflexão: me espera que eu também vou!

Quem são os migrantes: os que tomam nossas terras e nossas vagas de emprego? Quem são os estrangeiros: os que vivem escravizados, que não tomam banho ou falam muito enrolado? O espaço formativo precisa ser lugar de confronto de ideias, de ruptura com o senso comum, um lócus da reflexão e da pesquisa onde o bom exemplo arrasta e convida à transformação. Lócus de estrutura sólida, fundamentada na ação/reflexão construída a partir da escuta. Pares avançados para provocar a mudança de olhar, alguém que busque por novas experiências, que medeie com uma proposta de interlocução os processos.

Sou educadora, venho nesse chão da escola trazer boas novas, com experiências como docente, coordenadora pedagógica e, nesse momento, contribuindo na função de assistente de diretor de escola. Ser interlocutora desse espaço formativo é ver o invisível revelando interesses, ouvir o inaudível que aponta para necessidades, é compreender os processos, as pausas, mas também é buscar por avanços. É ter o compromisso de descolonizar o currículo, descentralizando o poder supremo eurocêntrico, romper com paradigmas e com a hegemonia. É percorrer novos horizontes empoderando meninas, meninos e meninos migrantes, indígenas, negros, a totalidade afro-ameríndia. Assim que se constrói uma proposta democrática, de gestão participativa e de equidade social.

Neste relato, são múltiplos os pares avançados no acolhimento e esse lugar foi sendo compartilhado à medida que ocorria maior aprofundamento e envolvimento dos educadores e famílias. Quem mais pode ser um par avançado nessa proposta? Essa pergunta é de suma importância para o protagonismo e para a autoria na realização do Projeto. Entendemos que par avançado

pode ser todo aquele que se reconhecer, que compreender a importância do acolhimento, que entenda a essência da partilha de saberes, de vivências, que contribua para a construção do grupo em prol de um objetivo. Assim fui repertoriando a equipe: quem somos? De onde viemos? Quais histórias temos para aprender nesse/desse território dos migrantes que aqui chegam? Um mapeamento importante para percorrer e que trouxe pistas dos próximos passos. Foi nesse ritmo que as formações aconteciam. As rodas com relatos orais aconteciam em todos os encontros, deixamos de ser um corpo no mundo para sermos histórias, memórias, narrativas de todos nós.

Após esse período de descobertas, a função pedagógica foi aprofundada por meio de pesquisas com as famílias para saber também sobre suas andanças, suas culturas, suas línguas faladas, músicas, culinária, as especificidades das suas brincadeiras, seus cortes de cabelo, seus artefatos sagrados, seus acessórios e roupas, uma infinidade de elementos, materialidades novas para nos maravilhar e ampliar o alcance da nossa visão.

As infinitas experiências no contato com as culturas migrantes nos provocaram mudança no olhar e nas ações necessárias para maiores transformações nesse espaço:

- Muitos migrantes em processo de conhecer a escola apresentavam dificuldades de reconhecer até mesmo os ambientes escolares: sala referência, refeitório, secretaria, banheiros – então passamos a desenvolver paisagens linguísticas sinalizadoras traduzidas para a língua dos falantes da nossa Unidade.
- Na leitura dos relatórios semestrais de aprendizagens das crianças, assim como dos recados em agendas ou pe-

las plataformas digitais, percebíamos que não havia interação – depois de traduzidos e comunicados oralmente, aumentou de maneira significativa.

- Convidamos as famílias a escreverem cartas ou a irem até a Unidade contar um pouco da história das suas embarcações – assim, aprendemos vendo as famílias interagirem com seus artefatos culturais, refletimos sobre as culturas infantis e suas formas de produção simbólica. Apreendemos o significado cultural da brincadeira para outros povos, produto do universo sociocultural das famílias.

Foi com essa concepção que partimos para a análise prevista em calendário escolar da leitura dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana 2016. Já mais críticos, pudemos repensar os materiais disponíveis para as crianças, compreendendo a real necessidade de adquirirmos um acervo de brinquedos, de materiais pedagógicos, literários e artísticos com ampla diversidade, para que todos pudessem se reconhecer entre os muros da escola, pudessem ser protagonistas nesse espaço, se vendo e podendo ter uma imagem positiva da sua identidade.

Acessar brinquedos com traços fenóticos não brancos é um desafio, por vários motivos. Por meio desses questionamentos entendemos a importância da representatividade e passamos a confeccionar brinquedos com os educadores, entre as famílias e com as crianças. O primeiro material confeccionado foi um livro, mas o brinquedo de maior interesse do grupo para construção foi a/o boneca/boneco, visto que são artefatos culturais de relevância, articulados a um conjunto de práticas sociais e culturais, que pode representar diferentes povos, territórios e diferentes identidades, algo bem importante para a nossa proposta que era conhecer sobre pessoas ao redor

do mundo que aqui chegam, como vivem e como brincam.

[...] A simbologia deste instrumento de brincar atravessa a fronteira do físico em direção ao espiritual e faz dele instrumento que promove interação, diálogo, aproximação com o lúdico, reforço de habilidades cognitivas e de relação de sociabilidade. (SILVA, 2006, p. 108.)

Para a confecção das/dos bonecas/bonecos, contatamos a comunidade, solicitando a doação de materiais. Uma parcela significativa de famílias do entorno trabalhava na confecção têxtil e a materialidade de tecidos, linhas, botões, elásticos etc. é algo muito significativo às suas experiências de vida.

Com pouco tempo, começamos a perceber as doações chegando: uma variedade de tecidos, de botões, de texturas e tonalidades de lãs, assim como de linhas e agulhas. Em um tempo recorde, com a participação efetiva da comunidade no Projeto, tínhamos uma vasta quantidade de materiais diferentes e podíamos iniciar a confecção.

Antes de começarmos a ação bonequeira, elaboramos um mural na sala do lócus. Nele constavam fotografias de diferentes crianças, bebês, artesanatos, objetos, roupas, alimentos de diversas partes do mundo. Um acervo com diferentes penteados, tranças, cortes de cabelo, tudo o que podia inspirar e trazer possibilidades criativas para a equipe. O regulamento bem definido era garantir a manifestação das diferentes culturas e etnias na confecção das/dos bonecas/bonecos. Um repertório rico que foi ganhando vida nas mãos artísticas e olhos atentos aos detalhes. Cada linha costurada, cada botão pregado ou cada fio de lã que tecia os cabelos ganhava significado importante e em pouco tempo nasciam as produções. Cada uma singular, exclusiva, cheia de magia.

As/os bonecas/bonecos foram pauta de importantes discussões sobre a linguagem violenta da xenofobia que vem por vezes com o tratamento exótico ou folclórico da beleza dos corpos não brancos, principalmente dos migrantes que chegam

do continente africano. No chão da escola temos potência para a resolução dos desafios do agora no nosso território e para transformar o currículo vivido de maneira a garantir isonomia de direitos.

Considerações finais

Diante do exposto, vale trazer para o diálogo que as famílias migrantes acompanhadas por seus filhos chegam ao nosso território cada vez com maior frequência. Os migrantes, com suas histórias diferentes, únicas e de imensurável valor, buscam em outras nações melhor qualidade de vida, e essa necessidade de mover-se ocorre pelas inúmeras dificuldades que enfrentam em seus territórios originários. Precisamos manter elucidado que migrar é um direito garantido a todo ser humano, tanto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que esse direito é inerente a todo ser, onde quer que esteja. Desse modo, o presente relato de experiência vivida em Unidades da Rede Municipal abordou a situação das famílias que avistam no Brasil melhores condições sociais, sendo a maioria delas atraída pelo fato de o país ser um mercado econômico emergente. Migraram para cá buscando recomeçar suas vidas e, conforme mencionamos no decorrer do trabalho, tiveram de enfrentar inúmeros desafios. Mesmo assim, vale destacar que muitos foram os pontos elencados como desafiadores na relação que estabelecem no espaço da escola. Embora nem todas as expectativas desses migrantes tenham sido atendidas, é necessário mencionar o “acolhimento afetivo” apontado por eles. É sabido que as pautas da escola, assim como o currículo, de maneira geral, necessitam de contínuas transformações partindo da escuta real. Muitos falam que no país originário

não há condições dignas aos pertencentes do território e é acreditando em uma melhor qualidade de vida que eles acabam por migrar. Por isso, cabe à escola ou a qualquer outro espaço que faça parte do território onde eles escolham viver o acolhimento humanitário e a promoção de sua dignidade. É notório que migrar é um direito humano e seu exercício está simplesmente relacionado à condição humana. Sendo assim, todo indivíduo tem o direito de buscar melhores condições de vida em país diverso do de origem. Que este artigo não seja lido como uma forma, um ditado ou qualquer similaridade, mas visto como um ponto de interrogação nas pautas dos projetos político-pedagógicos nas treze diretorias regionais de São Paulo. Que seja lido como um convite, uma convocação que sobre, aqueça, fecunde essa semente, que gere vidas imbricadas nesse fazer acolhedor e nessa manifestação da educação transformadora.

Sejamos nós todos responsáveis por arrancar os arames farpados que excluem, segregam e rotulam, pois os direitos humanos não podem e nem devem ser relativizados. A partir do momento em que um sujeito nasce humano este tem direitos e deveres, independentemente do território no qual escolha viver. Que a resistência que move a busca dos migrantes por melhores condições de vida nos inspire a continuar e nos transmita a força para encontrar a rota de lugar no mundo para todos.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Ana Claudia Quintana. **Jornal das Miudezas**, São Paulo, ed. 6, p. 4, 2018.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Currículo Integrador da Infância Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade: Educação Infantil**. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2016.

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição. **Papagaio, pira, peteca e coisas dos gêneros**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2006.

